

**HOMOLOGAÇÃO DE DECISÃO ESTRANGEIRA Nº 2.407 - PT  
(2018/0326998-3)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**REQUERENTE : A T A DE B**  
**ADVOGADO : DAVID BENEVIDES FALCÃO MELO - CE015118**  
**REQUERIDO : L P F DE S**

**DECISÃO**

A. T. A. de B. formulou pedido de homologação da sentença estrangeira proferida pela Conservatória do Registo Civil de Matosinhos, Portugal, que dissolveu seu casamento com L. P. F. de S. e ratificou os acordos de regulação das responsabilidades parentais e de destino de casa de morada de família entre eles celebrados, incorporando-os ao texto do título.

A requerida anuiu ao pedido de homologação (fl. 32), o que dispensa o procedimento de citação.

O Ministério Público Federal não se opôs a homologação (fl. 70).

É o relatório. Decido.

Os documentos necessários à pretensão foram devidamente apresentados. Constan dos autos a sentença estrangeira (fls. 26-27), o acordo de regulação das responsabilidades parentais (fls. 57-60) e o acordo de atribuição da casa de morada de família (fls. 61-64), acompanhados de apostilamento (fl. 50), bem como a comprovação do trânsito em julgado (fl. 51).

Os pressupostos indispensáveis ao deferimento do pedido foram, pois, observados (arts. 216-C e 216-D do RISTJ). Ademais, a pretensão não ofende a soberania nacional, a dignidade da pessoa humana e a ordem pública nem os bons costumes (arts. 17 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro e 216-F do RISTJ).

Ante o exposto, **homologo o título judicial estrangeiro e estendo os efeitos da homologação aos acordos por ele ratificado.**

Expeça-se a carta de sentença.

Publique-se.

Brasília, 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente

